

Inter e transdisciplinaridade da Apropriação Social do Conhecimento (ASC): entre a Antropologia e o Serviço Social

*Inter- and transdisciplinarity of the Social Appropriation of Knowledge (SAK):
between Anthropology and Social Work*

*Inter y transdisciplinariedad de la Apropiación Social del Conocimiento (ASC): entre
la Antropología y el Trabajo Social*

Vivaz Bandeira ⁱ

Mestre e Doutorando em Gestão da Informação | Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil 

Alexandre Cezar Filho ⁱⁱ

Mestre e Doutorando em Antropologia | Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil 

Bryan Felipe de Oliveira ⁱⁱⁱ

Doutor em Gestão da Informação | Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil 

Resumo:

O artigo explora a Apropriação Social do Conhecimento (ASC) como um conceito que se refere à busca pela democratização do acesso e a aplicação do conhecimento científico, integrando saberes acadêmicos com conhecimentos ancestrais, tradicionais e populares. O principal objetivo do estudo é o de analisar às perspectivas inter e transdisciplinares que sustentam a ASC, destacando as contribuições da Antropologia e do Serviço Social em contextos comunitários. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em uma revisão bibliográfica, a qual permitiu uma análise reflexiva e integrativa de diferentes tradições teóricas. Os resultados avaliados indicam que a ASC se alinha a modos alternativos de produção de conhecimento, sendo transdisciplinar e voltada para a aplicação prática em contextos sociais específicos. A intersecção entre Antropologia e Serviço Social é identificada como essencial para implementar a ASC, promovendo um diálogo efetivo entre saberes. Por meio do estudo, é possível concluir que a ASC não se limita à difusão de conhecimento, mas se caracteriza como um processo de negociação baseado no diálogo horizontal, essencial para uma ciência mais inclusiva e democrática.

Palavras-Chave: Apropriação Social do Conhecimento. Interdisciplinaridade. Transdisciplinaridade. Diálogo de Saberes.

Abstract:

This article explores the Social Appropriation of Knowledge (SAK) as a concept referring to the pursuit of democratizing access to and the application of scientific knowledge, integrating academic insights with ancestral, traditional, and popular knowledge. The study's primary objective is to analyze the inter- and transdisciplinary perspectives underpinning SAK, highlighting the contributions of Anthropology and Social Work within community contexts. This qualitative

research is based on a literature review, enabling a reflective and integrative analysis of various theoretical traditions. The findings indicate that SAK aligns with alternative modes of knowledge production, being transdisciplinary and oriented toward practical application in specific social contexts. The intersection of Anthropology and Social Work is identified as essential for implementing SAK, fostering an effective dialogue among different forms of knowledge. The study concludes that SAK is not limited to the dissemination of knowledge but is characterized as a negotiation process based on horizontal dialogue—an essential element for a more inclusive and democratic science.

Keywords: Social Appropriation of Knowledge. Interdisciplinarity. Transdisciplinarity. Dialogue of Knowledges.

Resumen:

El artículo explora la Apropiación Social del Conocimiento (ASC) como un concepto que se refiere a la búsqueda de la democratización del acceso y la aplicación del conocimiento científico, integrando saberes académicos con conocimientos ancestrales, tradicionales y populares. El objetivo principal del estudio es analizar las perspectivas inter y transdisciplinarias que sustentan la ASC, destacando las contribuciones de la Antropología y el Trabajo Social en contextos comunitarios. La investigación, de naturaleza cualitativa, se basa en una revisión bibliográfica que permitió un análisis reflexivo e integrador de diferentes tradiciones teóricas. Los resultados evaluados indican que la ASC se alinea con modos alternativos de producción de conocimiento, siendo transdisciplinaria y orientada a la aplicación práctica en contextos sociales específicos. La intersección entre la Antropología y el Trabajo Social se identifica como esencial para implementar la ASC, promoviendo un diálogo efectivo entre saberes. A través del estudio, es posible concluir que la ASC no se limita a la difusión del conocimiento, sino que se caracteriza como un proceso de negociación basado en el diálogo horizontal, esencial para una ciencia más inclusiva y democrática.

Palabras clave: Apropiación Social del Conocimiento. Interdisciplinarietà. Transdisciplinarietà. Diálogo de conocimientos.

1 INTRODUÇÃO

A construção e a aplicação do conhecimento científico para resolver problemas reais nas sociedades modernas têm sido mundialmente debatidas. Frequentemente, esses processos permanecem confinados em ambientes acadêmicos e atribuídos a agentes econômicos. Mesmo quando a pesquisa científica e sua aplicação são acessíveis à sociedade, geralmente beneficiam apenas pequenos grupos, limitando a democratização da ciência e a participação de grupos historicamente marginalizados (Garrote; Ramos, 2025).

Esse quadro caracteriza a ciência como um cenário restrito, que pouco dialoga com grupos externos, especialmente comunidades originárias, a exemplo de comunidades da África, indígenas e quilombolas da América Latina (Alves-Brito; Macedo, 2022). Além disso, esse quadro constitui uma das formas de negação e violação dos direitos dos seres humanos em participar da ciência, se beneficiar dos seus avanços e ter a autoria (individual ou coletiva) de suas criações ou invenções

legalmente reconhecidas (Bandeira, 2025).

Assim, importa assegurar que a ciência tenha ampla abertura, de forma mais participativa, inclusiva e democrática, como tem sido propalado por movimentos pela ciência aberta, como por exemplo, o movimento Acesso Aberto, Dados Abertos, Ciência Cidadã, entre outros (Araújo; Bandeira, 2024). Ademais, revela-se necessária a construção de pontes de diálogo entre conhecimentos científicos, saberes ancestrais e populares locais, reconhecidos com igual pertinência e utilidade, diferenciando-se apenas nos contextos de sua produção, circulação e aplicações específicas.

Dessa forma, a Apropriação Social do Conhecimento (ASC) mostra-se relevante, pois é entendida como um processo intencionalmente desenvolvido, visando trocas de práticas e saberes que envolvem todos os atores sociais, assegurando a participação, o diálogo, a análise, a reflexão e a negociação das realidades e práticas sociais, por meio da compreensão e da resolução de problemas reais (Colciencias, 2021; Cadena-Gaitán *et al.*, 2024). Nesse contexto, a ASC emerge como inovação social, permitindo a participação popular na ciência, para resolução de problemas democraticamente identificados, ao mesmo tempo em que proporciona o diálogo entre saberes e a reflexão crítica, na aplicação de conhecimentos negociados (Cadena-Gaitán *et al.*, 2024).

Vista assim, a concretização da ASC requer uma abordagem interdisciplinar, uma vez que se situa na intersecção de várias disciplinas científicas, como por exemplo a Antropologia e o Serviço Social, particularmente, o Serviço Social de Comunidades. Conforme argumenta Klein (1998), a interdisciplinaridade constitui uma estratégia de reorganização do conhecimento diante de objetos que excedem os limites analíticos das disciplinas isoladas. Em perspectiva convergente, Morin (2000) sustenta que a complexidade do real desafia modelos explicativos baseados na separação e na simplificação, exigindo formas de pensamento capazes de articular interdependências, circularidades e emergências.

Nesse sentido, enquanto a Antropologia ajuda a compreender a processualidade cultural da ASC (Nogueira, 1955), o Serviço Social fornece conhecimentos de intermediação profissional entre as necessidades reais de determinada comunidade, os quais configuram expressão da questão social, e as políticas sociais que eventualmente instrumentalizam respostas consentâneas com as demandas geradas pelas referidas necessidades (Iamamoto, 2009). Nesse cenário, a ASC possibilita a difusão de informações produzidas em ambientes acadêmicos, ao mesmo tempo em que envolve processos de circulação, tradução, interpretação, legitimação e reconfiguração dos saberes em diferentes contextos sociais.

Diante dessas questões, é importante questionar como a inter e transdisciplinaridade estão

imbricadas na noção da ASC e como isso pode ser exemplificado pela intersecção entre a Antropologia e o Serviço Social, em contextos comunitários. Assim, o objetivo do estudo desenvolvido é de refletir sobre as perspectivas inter e transdisciplinares associadas aos processos de ASC, enfatizando especialmente as contribuições da Antropologia e do Serviço Social. Sustenta-se a hipótese de que a ASC constitui um fenômeno intrinsecamente inter e transdisciplinar, cuja compreensão exige o reconhecimento das múltiplas mediações que conectam produção científica, práticas sociais, memória, cultura e poder às respostas à questão social, enquanto objeto do Serviço Social.

Para a consecução dos objetivos propostos, foi adotada uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, alicerçada em uma revisão bibliográfica. Partindo do corpus teórico utilizado, foi utilizada uma estratégia exploratória e abductiva de construção argumentativa, que fundamenta a natureza inter e transdisciplinaridade da ASC, na intersecção entre a Antropologia e o Serviço Social. Tal escolha metodológica, embora não se submeta a critérios de replicabilidade estrita, revelou-se coerente com o caráter ensaístico do estudo, na medida em que confere a flexibilidade interpretativa necessária para articular diferentes tradições teóricas e integrar correntes epistemológicas.

Por outro lado, a relevância teórica deste estudo é fundamentada na pertinência das pesquisas desenvolvidas pelos autores citados e na consistência interna dos argumentos mobilizados. Concilia-se, assim, a liberdade interpretativa própria do ensaio com a exigência acadêmica de fundamentação teórica consistente, com um lastro bibliográfico legitimado (Minayo, 2012). Além da presente introdução, o artigo discute o conceito de ASC, a interdisciplinaridade *versus* transdisciplinaridade, ASC na intersecção entre Antropologia e Serviço Social, e apresenta considerações finais, seguidas das referências bibliográficas utilizadas.

2 CONCEITO DE APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO (ASC)

A Apropriação Social do Conhecimento (ASC) nasce como um conceito multidisciplinar, envolvendo, dentre outras disciplinas, a Sociologia, a Educação e a Ciência da Informação (Hayashi, Sousa; Rothberg, 2011; Batista, 2018; Oliveira; Arena, 2022; Santos Melo; Albertti, 2024). Suas raízes históricas derivam do materialismo histórico-dialético e das teorias socioconstrutivistas, baseando-se na ideia de que o saber deve ser internalizado e transformado ativamente pelos indivíduos para promover emancipação (Bezerra; Paz, 2012; Batista, 2018; Santos Melo; Albertti, 2024).

Em suas contribuições epistemológicas para a compreensão do termo apropriação, Batista (2018) apresenta a sua evolução, tanto em termos de grafia quanto em termos de significados e sentidos. Segundo a autora, historicamente o termo “apropriação”, que vem da expressão latina “*appropriationem*”, teve os significados de adaptação, assimilação, incorporação, interiorização e transmissão, em diferentes contextos espaço-temporais e disciplinares (Batista, 2018).

No entanto, a ASC se distingue de todos esses termos, que “envolvem recepção, transferência, nivelação, homogeneidade, apagamento de diferenças e relação passiva com o mundo”, ao passo que a ASC “visa construção, negociação de representações, tem o propósito de conjugar realidades e interesses distintos” (Batista, 2018, p. 230). Sob o ponto de vista sociopolítico, a ASC pode ser considerada como uma ferramenta de dominação ou, contrariamente, para a emancipação humana, consoante os grupos sociais e as conjunturas em que se inserem (Bezerra; Paz, 2012).

Como conceito de vocação transformadora e aplicável metodologicamente a contextos empíricos situados, a ASC é reconhecida como uma proposta teórica originária da América Latina, sendo particularmente desenvolvida na Colômbia. Conforme definem Agudelo Paipilla *et al.* (2022, p. 234), trata-se de “[...] um processo de transferência e diálogo de saberes entre diferentes setores da sociedade, para levar novos conhecimentos às comunidades e responder às suas necessidades locais” [tradução nossa]. Neste sentido, o conceito pode ser aplicado, *mutatis mutandis*, para fortalecer determinadas comunidades, promover a participação cidadã nos processos de geração de novos conhecimentos e no desenvolvimento local, como por exemplo, em processos democráticos (Chinchilla; Lizarazo; García, 2014) e na inovação da produção agroecológica familiar (Palacios *et al.*, 2021).

É importante referir que, neste texto, toma-se o caso da Colômbia como um exemplo bem-sucedido da institucionalização de uma Estratégia Nacional de ASC. Nesse país, a ASC tem ganhado uma projeção nacional, tendo sido utilizado pelo Estado como fundamento para geração de políticas públicas no âmbito da ciência. Por volta dos anos 1990, em um processo de substituição progressiva dos termos como “disseminação”, “popularização” e “vulgarização” da ciência, que carregavam a ideia de que o conhecimento deve ser simplesmente repassado de quem sabe para quem não sabe, uma visão também baseada na ideia de que há um *déficit* de conhecimento, que precisa ser colmatado (Franco Avellaneda, 2016; Quevedo-Pinzón; Franco Avellaneda, 2022). Quevedo-Pinzón e Franco Avellaneda (2022) reforçam que o processo de ASC é incompatível com uma postura impositiva, que relega as comunidades a uma posição passiva diante da produção e apropriação de conhecimentos e tecnologias. Defendem que se passa de um processo que supera os

“[...] determinismos tecnológicos e sociais para se falar de uma cidadania sociotécnica como eixo do ser e do agir nas sociedades atuais” (Quevedo-Pinzón; Franco Avellaneda, 2022, p. 8, tradução nossa). Para os autores, o modelo que entende o déficit de conhecimento como uma falta, expressa uma realidade que destaca uma ASC unidirecional, onde o conhecimento desenvolvido no âmbito científico por profissionais especializados deve ser direcionado aos demais membros do grupo social, considerados leigos. O diálogo participativo promovido entre os membros de uma comunidade é entendido pelos autores como um verdadeiro processo de apropriação social e exige diálogo, para integrar e incorporar novos conhecimentos nas práticas cotidianas dos indivíduos

Segundo Ramos-García *et al.* (2024), nos últimos vinte anos, a Colômbia criou mecanismos para favorecer uma troca de conhecimentos mais efetiva com as comunidades, a partir da introdução do conceito de apropriação social da ciência e da tecnologia. Em sua visão, com o conceito de ASC se propõe “uma compreensão mais horizontal e participativa das relações entre ciência, tecnologia e sociedade”, além de “estratégias que superam a simples transmissão de informações ou a alfabetização científica, abrindo espaço para articulações e diálogos menos unilaterais e mais inclusivos” (Ramos-García *et al.*, 2024, p. 235). Expressa o autor que a ASC entrou na agenda colombiana nos anos 1990, formalizada numa política nacional específica, em 2005, se tornou objeto de uma Lei setorial, em 2009, foco da Estratégia Nacional de Apropriação Social da Ciência Tecnologia e Inovação, em 2010, e tornou-se política do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia, em 2021. Em 2016, os Centros de Ciência foram integrados ao sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, com essa missão, e o Serviço Geológico, em parceria com o Observatório de Ciência e Tecnologia, criou um Plano de Ação para implementação da ASC, nesta área (Ramos-García *et al.*, 2024, p. 235).

Na Colômbia, a Política Nacional de Apropriação Social da Ciência, Tecnologia e Inovação já havia definido como objetivo principal “[...] convocar e mobilizar agentes da Ciência, Tecnologia e Inovação, incluindo a sociedade colombiana em geral, para participar ativamente dos processos de Apropriação Social da Ciência, Tecnologia e Inovação como estratégia para o futuro” (Colciencias, 2005). A Estratégia Nacional de Apropriação Social da Ciência Tecnologia e Inovação desse país, em 2010, estabeleceu como principal objetivo “[...] ampliar a compreensão da dinâmica da produção e utilização do conhecimento, para além das sinergias entre os setores acadêmico, produtivo e estatal, incluindo as comunidades e os grupos de interesse da sociedade civil” (Colciencias, 2010, p. 24, tradução nossa).

A Estratégia Nacional adotou

[...] quatro linhas de ação destinadas a gerar mecanismos para promover a apropriação em diferentes cenários: participação cidadã em CTI [Ciência, Tecnologia e Inovação], comunicação em CTS [Ciência Tecnologia e Sociedade], transferência e troca de conhecimento e gestão do conhecimento para a apropriação do conhecimento (Colciencias, 2010, p. 9, tradução nossa).

As quatro linhas de ação dessa Estratégia Nacional evidenciam o esforço institucional em estruturar políticas públicas que vão além da difusão unilateral do conhecimento. Ao contemplar participação cidadã, comunicação CTS, transferência de conhecimento e gestão para apropriação, a estratégia revela um entendimento multidimensional do processo, que articula dimensões políticas, comunicativas e educacionais.

Em 2021, a Colômbia, por meio do seu Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, adotou política pública para a ASC no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Este documento, além de adotar as linhas de diretrizes da Estratégia Nacional, estabeleceu como princípios fundamentais para implementação da ASC, o reconhecimento do contexto, a participação, diálogo de conhecimento e sabedoria, transformação e reflexão crítica (Colciencias, 2021).

Os princípios da Apropriação Social do Conhecimento (ASC) orientam práticas que valorizam contextos locais, participação cidadã, diálogo de saberes, transformação social e reflexão crítica. O reconhecimento do contexto envolve a identificação das realidades, necessidades e interesses das comunidades, para que as iniciativas de CTI sejam relevantes e éticas. A participação garante o envolvimento ativo dos cidadãos nas decisões sobre ciência e tecnologia, respeitando a diversidade de perspectivas e habilidades (Colciencias, 2021).

O diálogo de conhecimento e sabedoria promove encontros equitativos entre diferentes visões de mundo, estimulando a aprendizagem e a construção compartilhada. A transformação, por sua vez, resulta desse processo colaborativo, gerando mudanças concretas e relações horizontais entre os atores. Por fim, a reflexão crítica incentiva a análise contínua das práticas e experiências, fortalecendo o pensamento crítico e a capacidade de intervir na realidade com apoio da CTI (Colciencias, 2021).

Em suma, a ASC é um conceito multidimensional que articula saberes inter e transdisciplinares, tendo evoluído na Colômbia, de noção emergente nos anos 1990 a um eixo estruturante das políticas de CTI, se consolidando em marcos como a Estratégia Nacional de 2010 e a Política Nacional de ASC, de 2021. Seus princípios (reconhecimento do contexto, participação, diálogo de saberes, transformação e reflexão crítica) orientam a atuação de diversos atores. Ao promover a articulação entre conhecimentos científicos e saberes locais, a ASC transcende

fronteiras disciplinares e exige, igualmente, abordagens inter e transdisciplinares.

2.1 Interdisciplinaridade *versus* transdisciplinaridade na ASC

A distinção entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade constitui um debate importante para compreender a natureza da Apropriação Social do Conhecimento (ASC), uma vez que ambas as noções, embora próximas, operam de formas diferentes. A interdisciplinaridade, tal como sistematizada por Japiassu (1976) e desenvolvida no Brasil por Fazenda (2003), designa o esforço de integração recíproca entre disciplinas, mediante a transferência de métodos, conceitos e resultados de um campo a outro, superando a fragmentação do saber característica da ciência moderna. Segundo Fazenda (2003), a interdisciplinaridade não é apenas uma questão de método, mas um compromisso com a análise dos fenômenos, numa perspectiva de totalidade.

Na interdisciplinaridade, o conhecimento permanece organizado de forma disciplinar, apenas opera em regime de cooperação e diálogo, quando os objetos pesquisados transcendem os limites de uma única disciplina (Klein, 1998). Diferentemente, na transdisciplinaridade, o conhecimento ultrapassa as fronteiras disciplinares. Na esteira de Nicolescu (2008), o objetivo da transdisciplinaridade é a compreensão do mundo presente sob o imperativo da unidade do conhecimento. Distinta da interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade admite a existência de níveis de realidade e reconhece a legitimidade de saberes que não se conformam aos cânones científicos, como os saberes ancestrais, populares e comunitários.

É justamente aqui que a ASC contribui para o “diálogo de saberes” que a define (Colciencias, 2021) e pressupõe a horizontalidade entre conhecimento científico e conhecimento local. A transdisciplinaridade admite, assim, a existência de fenômenos ou problemas da vida real, cuja abordagem transcende fronteiras disciplinares, requerendo pensamentos complexos (Morin, 2005), frequentemente construído pelas comunidades. Sob este ponto de vista, a ASC não se reduz à transferência técnica de conteúdo, ela mobiliza, simultaneamente, dimensões cognitivas, políticas, afetivas e culturais.

Outra distinção proposta por Nowotny, Scott e Gibbons (2003) entre o Modo 1 e o Modo 2 de produção do conhecimento, ajuda a compreender o alcance teórico-prático da ASC. Para estes autores, enquanto o Modo 1 corresponde à ciência tradicional, disciplinar e validada por pares acadêmicos, o Modo 2 caracteriza-se por ser transdisciplinar, contextualizado, socialmente distribuído e orientado à aplicação, envolvendo uma pluralidade de atores para além da academia. Nessa perspectiva, a ASC alinha-se ao Modo 2, pois desloca o *locus* da produção do conhecimento

para os contextos de sua aplicação e legitimação social, os quais extrapolam a academia.

As noções de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade associadas à ASC requerem não apenas a reflexão acerca de como o conhecimento é produzido, mas por quem e para quem o é. Com efeito, conhecimentos para a vida das comunidades poderão, com frequência, ser multifacetados, isto é, ou interdisciplinar ou transdisciplinar, o que remete também para a ideia de pensamento complexo e de Modo 2 de produção de conhecimento. Essa dimensão territorializada do conhecimento e da ASC dialoga com a perspectiva de Milton Santos (1978), para quem o espaço é uma construção social e os “lugares” constituem a base concreta onde os saberes se produzem, resistem e se reinventam diante da globalização hegemônica.

Não se trata, porém, de empreender uma leitura hierárquica ou substitutiva entre as duas noções, como se a transdisciplinaridade tornasse a interdisciplinaridade obsoleta. Na prática da ASC, ambas coexistem e se complementam. Santos (2019), ao desenvolver a noção de “ecologia de saberes”, reconhece a copresença de múltiplas formas de conhecimento. Neste estudo, postula-se a ideia de que a interdisciplinaridade opera, então, na articulação entre a Antropologia e o Serviço Social, enquanto a transdisciplinaridade se manifesta no encontro entre esses saberes acadêmicos e os saberes das comunidades.

Em síntese, a ASC situa-se num *continuum* epistemológico que parte da cooperação interdisciplinar e culmina na abertura transdisciplinar. Se a interdisciplinaridade garante o rigor metodológico da articulação entre campos científicos, como propõem Japiassu (1976) e Fazenda (2003), a transdisciplinaridade assegura a dimensão emancipatória e dialógica que distingue a ASC de meras estratégias de difusão. Como sublinha Batista (2018), o traço distintivo da apropriação reside na negociação de representações e na conjugação de realidades distintas, o que só se torna possível quando o conhecimento científico se dispõe a dialogar, em pé de igualdade, com os saberes que lhe são exteriores. Nesse horizonte, a inter e a transdisciplinaridade não são adornos conceituais, mas condições estruturantes da própria possibilidade da ASC.

3 ASC NA INTERSECÇÃO ENTRE ANTROPOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Pensar a Apropriação Social do Conhecimento (ASC) a partir da Antropologia exige, inicialmente, deslocar a disciplina de uma compreensão estritamente instrumental, como se sua função consistisse em oferecer ferramentas para a resolução de problemas sociais, para compreendê-la a partir de seu próprio estatuto epistemológico. A noção de “descrição densa”, formulada por Geertz (1981), adquire relevância, ao sustentar que compreender uma comunidade

implica interpretar as teias de significados nas quais as práticas sociais se encontram inscritas e por meio das quais os próprios sujeitos atribuem sentido às suas experiências. A aproximação com uma comunidade não pode se limitar ao registro daquilo que os sujeitos fazem ou dizem, exigindo a compreensão dos sentidos que orientam essas práticas em seus contextos específicos. Para a ASC, esse procedimento permite identificar como determinado conhecimento é produzido, mobilizado e significado pelos próprios sujeitos, quais experiências lhe conferem sentido e de que maneira ele se relaciona com os problemas, valores e referências presentes na vida comunitária. A “descrição densa” contribui para impedir que os conhecimentos locais sejam reduzidos a informações descontextualizadas passíveis de simples transferência para outros espaços, uma vez que sua inteligibilidade depende das relações sociais e dos universos de significação nos quais são produzidos.

As perspectivas interpretativas e reflexivas são particularmente relevantes para a ASC, uma vez que o diálogo com os sentidos e saberes locais exige do pesquisador atenção às categorias por meio das quais os próprios sujeitos interpretam suas experiências. No Brasil, essa dimensão da prática antropológica encontra importante formulação em DaMatta (1997, p. 38), para quem o trabalho antropológico envolve uma dupla tarefa: “[...] transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico”. Esse movimento implica em deslocar as categorias naturalizadas pelo pesquisador, submetendo-as ao exercício da relativização e permitindo que aquilo que parece evidente em determinado contexto seja interrogado a partir de outras formas de significação.

Do ponto de vista do Serviço Social, a ASC encontra fundamento na tradição crítica que compreende a profissão como mediadora entre as expressões da questão social e as respostas institucionais. Iamamoto (2009) sustenta que o assistente social atua na tensão entre as necessidades reais das comunidades e as políticas sociais, exigindo uma leitura totalizante da realidade que ultrapassa o imediatismo das demandas aparentes. De acordo com Netto (2018), essa mediação encontra-se calcada na tradição marxista, considerando que a questão social é indissociável das contradições estruturais do capitalismo, o que impõe ao profissional o compromisso ético-político com os processos emancipatórios.

Nesse prisma, a ASC não pode ser entendida como uma abordagem neutra, pois, ela se filia ao projeto de fortalecimento das comunidades e de reconhecimento de seus saberes como legítimos, alinhando-se ao caráter transformador que Batista (2018) atribui à apropriação, em oposição às práticas de mera transferência ou homogeneização cultural. Por isso, o encontro entre essas duas disciplinas produz o que se poderia denominar uma mediação transdisciplinar dos saberes.

Lévi-Strauss (1990) permite aprofundar essa discussão ao deslocar a análise das formas de conhecimento para os modos pelos quais diferentes sociedades classificam, ordenam e atribuem inteligibilidade ao mundo. O autor demonstra que aquilo que a tradição ocidental frequentemente qualificou como pensamento “primitivo”, “selvagem” ou pré-racional possui princípios próprios de classificação e uma organização lógica complexa. O chamado “pensamento selvagem” é apresentado como uma modalidade de pensamento orientada pela classificação e pela organização da experiência sensível.

Essa formulação é particularmente relevante para a ASC, pois permite problematizar o pressuposto de que determinados sujeitos ou comunidades ocupam uma posição de déficit diante do conhecimento científico. Quando conhecimentos comunitários, ancestrais ou tradicionais são compreendidos como sistemas que produzem classificações, relações e interpretações próprias acerca da realidade, o encontro com a ciência deixa de ser concebido como simples transmissão de um conhecimento já legitimado para sujeitos que supostamente precisam recebê-lo. A questão passa a envolver o reconhecimento de diferentes modos de produzir inteligibilidade sobre o mundo e das condições sociais e históricas que fazem com que alguns sejam reconhecidos como conhecimento legítimo, enquanto outros sejam marginalizados.

O diálogo de saberes pressuposto pela ASC exige considerar que os conhecimentos mobilizados pelas comunidades possuem formas próprias de organização, classificação e significação. A interlocução com esses saberes requer mais do que sua incorporação como complemento ao conhecimento científico: requer compreender os sistemas de pensamento nos quais esses conhecimentos adquirem sentido. A aproximação entre Lévi-Strauss e a ASC pode ser compreendida como uma articulação analítica proposta neste estudo, o argumento está em oferecer elementos para questionar hierarquias epistemológicas que tomam uma forma particular de racionalidade como medida universal do conhecimento.

A discussão pode ser aprofundada a partir de Viveiros de Castro (2017), sobretudo por sua elaboração do perspectivismo ameríndio, que mostra como a diferença alcança um plano ainda mais radical, pois envolve os próprios pressupostos a partir dos quais diferentes coletividades constituem suas relações com aquilo que compreendem como mundo, humanidade, natureza e alteridade, deslocando, assim, a compreensão da diversidade cultural como simples existência de diferentes interpretações sobre uma mesma realidade, colocando em questão a própria separação entre uma realidade única e múltiplas representações sobre ela.

No âmbito da ASC, essa formulação permite radicalizar a discussão sobre o diálogo de saberes, sobretudo quando o processo envolve povos indígenas e outros grupos cujas relações com

território, natureza, ancestralidade e coletividade são constituídas por categorias que não coincidem necessariamente com aquelas mobilizadas pelas instituições científicas. Nesse contexto, reconhecer a existência de outras formas de conhecimento exige considerar também que os próprios termos da realidade social podem ser objeto de interpretações distintas. A contribuição de Viveiros de Castro (2017) amplia a discussão proposta por Lévi-Strauss ao deslocar a questão da diversidade dos sistemas de pensamento para a problematização dos pressupostos ontológicos envolvidos nas relações entre diferentes coletividades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, procurou-se refletir sobre as perspectivas inter e transdisciplinares associadas aos processos de Apropriação Social do Conhecimento (ASC), com ênfase nas contribuições da Antropologia e do Serviço Social em contextos comunitários. O percurso argumentativo reforçou o pressuposto inicialmente assumido: a ASC constitui um fenômeno intrinsecamente inter e transdisciplinar, cuja compreensão exige o reconhecimento das múltiplas mediações que perpassam as diversas formas de produção de conhecimentos para produzir respostas à questão social. Longe de se reduzir à mera difusão ou transferência de conteúdo, a ASC é um processo intencional de negociação de saberes, baseado no diálogo horizontal entre o conhecimento científico e os saberes ancestrais, populares e comunitários, tal como consolidado na trajetória conceitual e político-institucional que a experiência colombiana ilustra de modo exemplar.

A discussão sobre a distinção entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade demonstra que ambas operam de forma complementar na efetivação da ASC. Se a interdisciplinaridade articula campos científicos como a Antropologia e o Serviço Social, a transdisciplinaridade, inspirada assegura a abertura necessária ao reconhecimento de outras racionalidades e níveis de realidade.

Nesse *continuum* epistemológico, a ASC alinha-se ao Modo 2 de produção do conhecimento e à ecologia de saberes, cujo *locus* são os territórios e comunidades onde os saberes se produzem, resistem e se reinventam. Postula-se, assim, que a inter e a transdisciplinaridade não são ornamentos conceituais, mas condições que possibilitam a ASC.

A intersecção entre Antropologia e Serviço Social permite compreender como opera a ASC de forma prática, concreta e situada. Enquanto a Antropologia oferece as ferramentas para captar a processualidade cultural, a densidade simbólica e a pluralidade epistemológica e ontológica das comunidades, o Serviço Social fornece a mediação ético-política entre as expressões da questão social e as políticas sociais, promovendo processos emancipatórios. Dessa convergência resulta uma

mediação transdisciplinar dos saberes que desmonta hierarquias entre ciência e conhecimento comunitário, reafirmando o caráter transformador que distingue a ASC das práticas impositivas e homogeneizadoras historicamente associadas à popularização unilateral da ciência.

Reconhecidas as limitações próprias de um estudo de natureza ensaística e de revisão bibliográfica, que privilegia a construção argumentativa em detrimento da verificação empírica, não se pretende esgotar o debate, mas contribuir para o adensamento teórico de um campo ainda em construção, especialmente no contexto brasileiro e latino-americano. Sugere-se que investigações futuras avancem na direção de estudos empíricos que documentem experiências concretas de ASC em comunidades originárias, indígenas e quilombolas, capazes de testar, refinar e eventualmente tensionar as reflexões aqui propostas. Em última análise, defender a ASC como fenômeno inter e transdisciplinar é, sobretudo, reafirmar o compromisso com uma ciência aberta de forma ampla, participativa, inclusiva e democrática; uma ciência que reconheça, no diálogo entre saberes, não uma concessão, mas uma exigência ética, epistemológica e política de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- AGUDELO PAIPILLA, K.; CASTRO-ARROYAVE, D. M.; GUZMÁN GRAJALES, L.; ECHAVARRÍA, M. I.. Social Appropriation of Knowledge and its contributions to the prevention of cutaneous leishmaniasis in rural contexts. **BMJ Innovations**, v.8, p. 234-239, 2022. DOI:10.1136/bmjinnov-2021-000899. Disponível em: <https://innovations.bmj.com/content/8/3/234.info>. Acesso em: 2 jul. 2026.
- ALVES-BRITO, A.; MACEDO, J. R.. A história da ciência e a educação científica pelas perspectivas ameríndia e amefricana. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 15, n. 2, p. 400-417. 2022. DOI: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v15i2.804>. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/804/638>. Acesso em: 30 jun. 2026.
- ARAÚJO, P. C.; BANDEIRA, V.. Produção científica sobre Plano de Gestão de Dados indexada na BRAPCI. **Revista Sol Nascente**, v. 12, n. 3, p. 194–209, 2024. Disponível em: <https://revista.ispsn.org/index.php/rsn/article/view/294>. Acesso em: 30 jun. 2026.
- BANDEIRA, V. Direito Humano à Ciência: reflexos dos seus aspectos constitutivos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal do Brasil. **Academicus Magazine**, v. 3, n. 2, p. 1–18, 2025. DOI: 10.4314/academicus.v3i2.1. Disponível em: <https://revista.academicuspro.ao/revista/article/view/111>. Acesso em: 29 jun. 2026.
- BATISTA, C. L. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 24, n. 2, p. 210–234, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245242.210-234. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/74317>. Acesso em: 2 jul. 2026.
- BEZERRA, C.; PAZ, S. R.. Emancipação e apropriação social do conhecimento em Gramsci: uma reflexão a partir do corpus categorial da filosofia da história. **Trabalho & Educação**, v. 16, n. 2, p. 13–26, 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8765>. Acesso em: 2 jul. 2026.

- CADENA-GAITÁN, C.; FLÓREZ-MUÑOZ, M. C.; OSPINA, L. O.; SOLAR-RUÍZ, A. P.; CARDONA, A. C. Apropiação Social del Conocimiento sobre cambio climático: la experiencia de las Expediciones Climáticas. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 34, n. 2, p. 125-135, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15446/bitacora.v34n2.113554>. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/113554>. Acesso em: 29 jun. 2026.
- CHINCHILLA, D. M. D; LIZARAZO, J. E.; GARCÍA, D. I. C. Apropiação Social del Conocimiento en Salud en Santander: Una experiencia de comunicación, movilización social y educación. **Revista del Observa de Salud Públi de Santa**, v. 9. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343995048_expe_comu_revista_apro_soci_num_2_2014_2. Acesso em: 30 jun. 2026.
- COLCIENCIAS. **Política Nacional de Apropriação Social da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Bogotá, 2005. Disponível em: https://minciencias.gov.co/sites/default/files/ckeditor_files/Politicaascyt.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.
- COLCIENCIAS. **Estrategia Nacional de Apropiação Social de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación**. Bogotá: Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, 2010. Disponível em: https://minciencias.gov.co/sites/default/files/ckeditor_files/estrategia-nacionalapropiacionsocial.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.
- COLCIENCIAS. **Política pública de apropiación social del conocimiento en el marco de la CTel**. Bogotá: Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, 2021. Disponível em: https://minciencias.gov.co/sites/default/files/politica_publica_de_apropiacion_social_del_conocimiento.pdf. Acesso em: 5 jul. 2026.
- DAMATTA, R.. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FAZENDA, I. C. A.. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- FRANCO AVELLANEDA, M. Transferencia e intercambio: cuando el río suena... reflexiones para pensar el rumbo de la política de apropiación del conocimiento en Colombia. **Trilogía. Ciencia, Tecnología y Sociedad**, v. 8, n. 15, p. 69-79. 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3528241>. Acesso em: 29 jun. 2026.
- GARROTE, M.; RAMOS, P.. O muro invisível da ciência: direitos autorais e acesso a conhecimento. Observatório de Direitos Autorais e Tecnologia. **Microanálises Reglab**, n. 5. Reglab, 2025. Disponível em: <https://observatorio.cc/o-muro-invisivel-da-ciencia-direitos-autorais-e-acesso-a-conhecimento/>. Acesso em: 29 jun. 2026.
- GEERTZ, C.. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- HAYASHI, M. C. P. I.; SOUSA, C. M.; ROTHBERG, D.. (Orgs). **Apropriação social da ciência e da tecnologia: contribuições para uma agenda**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/j76hp/pdf/hayashi-9788578791872.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2026.
- IAMAMOTO, M. V.. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 341-375. Disponível em: <https://abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2026.
- JAPIASSU, H.. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLEIN, J. T. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, I. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C.. **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MINAYO, M. C. S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3), 621–626. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 30 jun. 2026.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Tradução de Lucia Pereira de Souza. São Paulo: Triom, 2008.

NOGUEIRA, O. Os Estudos de Comunidades no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 95-103, 1955. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41615600>. Acesso em: 30 jun. 2026.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M.. Introduction: “Mode 2” Revisited: The New Production of Knowledge. **Minerva**, v. 41, n. 3, p. 179-194, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41821245>. Acesso em: 5 jul. 2026.

OLIVEIRA, M. C. A.; ARENA, D. B.. A atividade de estudo como processo para a apropriação do conhecimento histórico. Obutchénie. **Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 424–455, 2022. DOI: 10.14393/OBv6n2.a2022-66643. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/66643>. Acesso em: 2 jul. 2026.

PALACIOS, L. M.; MACA, L. Y. D.; MUÑOZ, G. A. A.; GUARÍN, H. P. Co-creando para el desarrollo de una solución de innovación social rural: caso de Popayán en Colombia. In: RUBIO, B. U.; ULLOA, C. S.; RIASCOS, J. C.; MUÑOZ, B. G. (Editores). **Desarrollo, innovación y tecnología en los países de la Alianza del Pacífico**. Lima: Fondo Editorial Universidad César Vallejo; Editorial Uniagustiniana, 2021. pp. 257-288. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/LB_Ulloa_RB-Ulloa_RCS-Csar_RJ-Gonzlez_MB.pdf. Acesso em: 2 jul. 2026.

QUEVEDO-PINZÓN, E.; FRANCO AVELLANEDA, M.. Creencias de docentes de preescolar sobre ciencia y tecnología: desafíos para la apropiación social del conocimiento en la infancia. **Revista Colombiana de Educación**, v. 1, n. 84, p. 1-22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17227/rce.num84-11365>. Disponível em: <https://revistas.upn.edu.co/index.php/RCE/article/view/11365>. Acesso em: 2 jul. 2026.

RAMOS-GARCÍA, C.; RODRÍGUEZ ROA, A. A.; ROJAS GUTIÉRREZ, M.; FALLA MORALES, S.; ROCHA TAMAYO, A. M.. Apropiación social de conocimiento para la gestión del riesgo de desastres: Aprendizajes de una experiencia con comunidades de Cundinamarca, Colombia. **Revista de Estudios Latinoamericanos sobre Reducción del Riesgo de Desastres REDER**, v. 8, n. 1, p. 234-253, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55467/reder.v8i1.153>. Disponível em: <https://www.revistareder.com/ojs/index.php/reder/article/view/153>. Acesso em: 2 jul. 2026.

SANTOS MELO, C.; ALBERTTI, L. A.. A nova história e as histórias culturais: o conceito de apropriação em Roger Chartier, Carlo Ginzburg e E.P. Thompson. **OP SIS**, Goiânia, v. 22, n. 2, 2024. DOI: 10.61470/o.v22i2.74876. Disponível em:

<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/74876>. Acesso em: 2 jul. 2026.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul para um pensamento alternativo de alternativas**, Volume I. CLACSO, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvt6rkt3.18>. Acesso em: 5 jul. 2026.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

VIVEIROS DE CASTRO, E.. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

ⁱ **Vivaz Bandeira**

Mestre e Doutorando em Gestão da Informação | Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil
Professor Substituto do Departamento de Ciência e Gestão da Informação (DECIGI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e Doutorando em Gestão da Informação (Informação e Sociedade), pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGGI) da UFPR, Brasil. Graduando em Gestão Pública pela UNINTER, Brasil. Licenciado em Direito pela Universidade de Belas (UNIBELAS), Angola, e Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade, pela Faculdade de Direito (FD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Luanda (ISSS), Angola, com estudos avançados em Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal. Membro dos Grupos de Pesquisa Infojus - Grupo de Pesquisa em Informação, Direito e Sociedade e Metodologias para Gestão da Informação, na UFPR e membro externo do Grupo de Pesquisa Quaviss, da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Seus interesses de pesquisa estão relacionados com a produção de conhecimentos para sociedades abertas e inclusivas, e abrangem os seguintes temas: Ciência Aberta (práticas de ciência aberta e direito humano à ciência); queixa ao Provedor de Justiça; processos de exclusão/inclusão social; e movimentos e Organizações de Pessoas com Deficiência (OPDs).
E-mail: vivazb86@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7538-4059> |
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0225475989548732>

ⁱⁱ **Alexandre Cezar Filho**

Mestre Doutorando em Antropologia | Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil
Pesquisador e Mestre em Antropologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com formação interdisciplinar em Relações Internacionais, Filosofia, Ciências Sociais e Literatura. Desenvolve estudos sobre culturas, trabalho e desigualdades sociais, com interesse nas dinâmicas contemporâneas do mercado de trabalho latino-americano. Atua também na difusão pública do conhecimento por meio de palestras, cursos e iniciativas de mediação cultural voltadas à interpretação crítica da sociedade
E-mail: alexandre.cezarfh@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1715-1524> |
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6954079728796933>

ⁱⁱⁱ **Bryan Felipe de Oliveira**

Doutor em Gestão da Informação | Universidade Federal do Paraná | Curitiba | PR | Brasil
Pesquisador Pós-doutorando na área da Ciência da Informação, vinculado do PPGCI da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), membro do grupo DataLab Laboratório de Dados, Métricas Institucionais e Reprodutibilidade Científica, Doutor em Gestão da Informação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Gestão da Informação pela UFPR, Licenciado em Matemática pela Universidade (UCZSUL), Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Cruzeiro do Sul (UCZSUL) e Tecnólogo em Gestão Financeira pela Universidade Positivo (UP), atua como Chefe da Unidade de Controle e Execução Orçamentária do Gabinete da Reitoria na instituição Universidade Federal do Paraná
E-mail: bryan_f@ufpr.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6866-903X> |
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0990769336407511>

Disponibilidade de Dados

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis no próprio artigo.

Agência de financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq) – Número do Processo: 188976/2025-6

Editores responsáveis

Guilherme José Pereira; Paola Gabriela da Costa Arantes

Como citar este artigo ABNT e APA:

BANDEIRA, Vivaz; CEZAR FILHO, Alexandre; OLIVEIRA, Bryan Felipe de. Inter e transdisciplinaridade da Apropriação Social do Conhecimento (ASC): entre a Antropologia e o Serviço Social. *@rquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 23, p. 297-313, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2026v14n23p297-313>

Bandeira, V., Cezar Filho, A., & Oliveira, B. F. (2026). Inter e transdisciplinaridade da Apropriação Social do Conhecimento (ASC): entre a Antropologia e o Serviço Social. *@rquivo Brasileiro de Educação*, 14(23), 297-313. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2026v14n23p297-313>